

ARI CUNHA

Visto, Lido e Ouvido

Invasões em Brasília na mira do governo

Não é novidade, mas ninguém quer dizer que foi erro urbanístico projetar-se o Setor Comercial Local com lojas de 3x7 metros. Ninguém, hoje, defende esta realidade e em consequência disto, o comércio tem feito o diabo invadindo área pública. O assunto chegou a um tal ponto, que o governador Roriz autorizou o administrador Haroldo Meira a destruir o que está construído em área pública. E não tem sido outra a atitude do administrador do Plano Piloto.

Acontece que se uma medida de força não for adotada, a cidade vai se transformar num verdadeiro monstrego. Aparecerá, certamente, quem venha dizer que derrubam umas e não todas as obras. É certo. Roma não se fez num dia.

Aí, então, é que deve entrar a Secretaria de Finanças. Quem avançou a sua construção adiante dos pontaletes de demarcação, deve pagar caro, e sem direito à propriedade. Uma sugestão seria um aluguel da área invadida, sem direito a construir mais nada, e este aluguel ser cobrado na base do mercado atualizado. Só assim muita gente teria que se desfazer das invasões.

Mas, para adotar essa atitude, deveria atingir todo mundo, inclusive as residências de gente importante. Afinal, o erro cometido pelo rico ou pelo pobre, deve ser considerado erro, simplesmente.

E se uma medida enérgica não for timbrada pelo governo, o respeito à propriedade deixará de existir e, daí para a frente, então, ninguém mais se entenderá. O ato de ocupar terras do governo está sendo um desaforo a partir das próprias autoridades, como ocorre numa quadra do Lago Norte onde a Terracap vendeu os terrenos e cada proprietário resolveu dobrar a sua área. A ninguém é dado o direito de uso ilegal da propriedade que não lhe pertence.